

# COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

## ATA N.º 07/XII-2º/2021-2025

1. Aos dezassete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18H00, na sede da Assembleia Municipal de Almada, sita no Chalet Ribeiro Teles, Largo 5 de Outubro, nº 34, na Cova da Piedade, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com o Ex-Vereador da CMA e Ex-Administrador Executivo dos SMAS, Sr. Miguel Salvado, que se fez acompanhar do Sr. Manuel Jesus, seu assessor à data.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
  - Os Deputados Municipais:
    - António Salgueiro
    - José Rocha
    - Paulo Viegas
    - João Pedro Pereira
    - Margarida Paulos
    - António Maco
3. Feita a abertura da reunião e as respetivas apresentações pelo Presidente da Comissão Sr. António Salgueiro, que convidou o Sr. Miguel Salvado a iniciar a sua intervenção.
4. O Ex-Vereador Sr. Miguel Salvado começou por referir que sobre o Bairro do 2º Torrão está afastado há cerca de dois anos e não tem ligação atualmente à Câmara Municipal de Almada e que a última vez que esteve no bairro foi quando lá foi o PSD.  
Relembrou o encontro com a Vereadora Sr.ª. Joana Mortágua e com o Deputado Municipal Sr. José Rocha no 2º Torrão em Outubro de 2019, onde o tema da vala foi aflorado e recorda que essa deslocação ao Bairro se deveu ao facto do responsável dos SMAS pelo Departamento de Redes, Sr. Eng. Ramiro o ter alertado para a existência de problemas na vala, prosseguindo com a explicação de que os SMAS têm bombas instaladas para o bombeamento de águas pluviais que vêm da Costa da Caparica, que bombeiam quando está cheia e que drenam para o rio.  
Os problemas surgem pelo entupimento da vala por muito lixo acumulado, sendo que o alerta surge porque a vala só tinha desimpedidos para aí cerca de 20 centímetros.  
Informa que a Câmara não é dona da vala e esclarece que a limpeza foi feita com recurso a uma empresa através de máquinas de pequeno porte que retiraram da vala cerca de 30 toneladas de lixo.  
Disse que o Sr. Eng. Ramiro tinha declarado que era preciso ir à vala porque a mesma estava em piores condições do que se pensava e comunicou-se à Proteção Civil para que esta fizesse também o acompanhamento.  
Finalizados os trabalhos de limpeza foi sugerida a visita de técnicos para uma análise mais

minuciosa sobre a fragilidade da vala, sendo que o túnel foi percorrido pelo vereador e por técnicos responsáveis pelos departamentos de redes e de obras dos SMAS, pelo Serviços Municipal de Proteção Civil (SMPC) e pelos serviços de saneamento.

Acrescentou que não se tinha noção sobre a realidade da vala, mas que tudo o que foi observado ao longo do percurso pelo túnel ficou testemunhado com fotos que tinha tirado para aí em 5 ou 6 de novembro de 2019.

Havia problemas com armaduras e betão armado e que os SMAS não tinham engenheiros de infraestruturas.

A estrutura tinha problemas e estava fragilizada sobretudo pelos furos de saneamento que descarregavam para a vala e que foram sendo feitos na sucessiva construção de habitações. Informou que a vala é propriedade da Hidráulica e que pediu à Administração do Porto de Lisboa (APL) informação sobre a data de licenciamento da vala, mas que até ter saído não tinham respondido.

Lembrou que a comporta no meio estava completamente oxidada, o que poderia afetar o seu funcionamento e o conseqüente perigo tendo em conta que a abertura da comporta é fundamental para a expulsão do lixo.

Este problema exigia uma intervenção direta na comporta, constatando-se que seria praticamente impossível pelo facto de existirem habitações construídas em cima da vala.

O relatório só sai em junho de 2020, assinado pelos SMAS e pelo SMPC, tendo estado presentes dois técnicos dos SMAS e da proteção civil e está mencionada a necessidade das obras e realojamento de moradores que tinham as suas casas em cima da vala.

Afirmou que os SMAS passaram isto para a Câmara para resolverem as anomalias.

O primeiro relatório de 2019 foi enviado para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e para a APL e também para a CMA.

Só um deles respondeu e disse que iria analisar, acho que foi a APL.

Informou que a intervenção na vala carecia da aprovação da APL e da APA e até deu a opinião que a obra deveria ser paga pela APA.

Foi também discutido em reunião do Conselho de Administração dos SMAS e que o principal problema era a possibilidade de a Costa da Caparica poder vir a ser inundada, porque existiam lá algumas descargas ilegais. Realizaram-se inclusivamente testes de fumo branco e eu fui perguntando várias vezes como é que estava a situação.

Foi sempre dada continuidade à monitorização da vala de forma a não descurar as necessárias limpezas. Foi feito um acompanhamento regular, considerando a perigosidade que a vala representava para as pessoas que ali residiam. A solução avançada já nessa altura, seria a da vala em céu aberto como forma de perder pressão.

A vala quando foi construída não era assim, na altura entrava pelo rio adentro para aí cerca de 20 a 30 metros, sendo que o emissário foi destruído pelo mar.

Avisámos na altura a Fábrica dos Sonhos.

Houve pessoas que arrancaram lajes da vala para porem bobadilha.

Disse ainda que a fragilização foi-se agravando dia após dia pela falta de manutenção, pelos furos de saneamento que foram sendo feitos, diz que a vala faz várias descargas por dia e que foi precavida a substituição da bomba com o custo de trinta mil euros.

5. A Sr<sup>a</sup> Deputada Margarida Paulos intervém para dizer que existiram muitas responsabilidades das várias entidades alertadas e perguntou se para além deste relatório existiram ou não relatórios intermédios, e terminou esta sua primeira intervenção alegando que se o processo fosse iniciado em 2019, tal como recomendado no relatório, o processo de realojamento teria sido muito menos traumático, já que os fogos demoram anos a ser construídos.
6. No uso da palavra o Sr. Deputado João Pedro Pereira coloca algumas questões sobre o processo inicial: Confirma que foi passada a informação à câmara? Tendo os SMAS

conhecimento, foi discutido em reunião de administração? A câmara foi devidamente alertada para os perigos que a vala representava para aqueles moradores? É que a Sr<sup>a</sup>. Presidente da CMA disse que o assunto não tinha isso à reunião do Conselho de Administração dos SMAS. Questionou se a Sr<sup>a</sup>. Presidente da CMA tinha estado presente na reunião em que isso foi falado.

7. De seguida interveio o Sr. Deputado António Pedro Maco, que declarou que já tinham ouvido bastantes entidades e também a Presidente da CMA e a Vereadora.

As várias entidades com quem reunimos, são da opinião que o processo foi mal conduzido, os relatórios são elucidativos, o de 2020 assinado pela proteção civil, indica necessidade de intervenção, tal como já havia sido referenciado no relatório de 2019, e mais uma vez a questão colocada por grande parte dos deputados que integram a comissão: a administração tinha conhecimento ou não? a presidente acautelou algum tipo de estratégia? Qual o porquê desta intervenção ter sido iniciada dois anos depois da informação ter sido facultada? Quando questionada sobre o facto desta situação não ter sido acautelada neste intervalo entre 2020 e 2022, a Presidente diz que a monitorização foi sendo feita e que não existiam sinais evidentes de perigo, considerando pelo que foi dito que as monitorizações foram sendo feitas pelas entidades competentes ao longo desses dois anos, porque não se entrevistou? O Sr. Deputado levanta dúvidas sobre o afirmado pela presidente de que não tinha conhecimento suficiente sobre esta matéria, é importante ter em conta o que foi várias vezes afirmado pelo Sr. Ex-Vereador Miguel Salvado sobre o facto de ter alertado a proteção civil que assinou o relatório de 2020 e que a vereadora responsável pelo pelouro disse não existir situação de risco, e terminou questionando: se os técnicos que fizeram estas primeiras avaliações não foram competentes porque não se insistiu no encaminhamento de outros para avaliar a situação?

8. Pede a palavra o Sr. Deputado José António Rocha, começando tal como todos os outros deputados da comissão, por agradecer a presença do Sr. Miguel Salvado, relevando a importância da informação facultada, e considerando o seu papel na elaboração dos relatórios e o acompanhamento da situação ao longo do mandato em que exerceu as funções de vereador dos SMAS. Refere o deputado que acompanhou o processo de realojamento no terreno desde o seu início, que de forma reiterada em sessões de Assembleia Municipal teceu fortes críticas à forma como este processo de realojamento foi iniciado e conduzido, foi feito de forma atabalhoada quando poderia e deveria ter sido feito atempadamente, tendo em conta que os relatórios de 2019 e 2020 alertavam para a fragilidade da vala e o conseqüente perigo para os moradores, confirmado aliás pelas explicações do Ex-Vereador, que afirma de forma perentória que passou toda a informação à administração da CMA. Refere o Sr. Deputado José Rocha que a Sra. Presidente Inês de Medeiros quando questionada na reunião com esta comissão, respondeu que não tinha conhecimento (ou não se recorda) que tenha sido informada dos perigos relatados no conteúdo dos relatórios. Insiste que este foi um processo traumático, claramente demonstrativo de uma enorme falta de sensibilidade por todos os responsáveis da CMA envolvidos no processo.

9. Interveio de novo o Sr. Miguel Salvado reiterando o facto de ter sido elaborado um relatório assinado pela proteção civil. Não obstante o facto da vala não ser competência dos SMAS, de ser responsabilidade da proteção civil atuar perante o mencionado no relatório, ainda assim os SMAS intervieram na vistoria presencial com a proteção civil após a elaboração do mesmo. A Vereadora Francisca Parreira tinha conhecimento de toda a informação, e continua perguntando: Alguém acredita que não dei conhecimento à administração? Referiu-se às atas das reuniões do Conselho de Administração dos SMAS, nomeadamente no Período de Antes da Ordem do Dia. Disse também que a preocupação da Presidente e da Vereadora Teodolinda Silveira era tirar de lá as pessoas. Seguiu o seu relato salientando o facto de que sendo à data a Presidente Inês de Medeiros Presidente dos SMAS, e perante a impossibilidade de intervenção adequada sem a retirada daqueles moradores, deveria ter iniciado o processo de realojamento. Recorda-se de ter na altura falado com a Xana da

Fábrica dos Sonhos alertando-a para a situação da vala, deixando de igual modo o alerta em reunião do conselho de administração para os problemas detetados, referiu que pensaram retirar as comportas, mas o perigo que representava para aquelas pessoas impossibilitava esta intervenção. Diz nunca ter tido acesso a relatórios de vistorias efetuadas pela proteção civil, desconhecendo por completo a sua existência, afirma que a iniciativa de informação às entidades foi dos SMAS, comenta que evitava envolvimento de outros pelouros por questões de partidarismo, reafirmando que perante as informações reveladas à data, o realojamento deveria ter sido feito atempadamente. Afirma que era perfeitamente visível o perigo de colapso da estrutura, enaltece a competência dos serviços dos SMAS na elaboração do relatório em Novembro de 2019, oficializado no início de 2020, porque entretanto foi enviado para os vários responsáveis, nomeadamente a proteção civil, prossegue com a afirmação de que a partir do momento em que foi feita a vistoria, foi sempre evidenciada preocupação sobre as condições da vala. Acrescenta que quando o relatório transita para a proteção civil, é de imediato dado conhecimento à CMA, o departamento de obras é também alertado e termina dizendo que das entidades a quem o relatório foi enviado, a APA nunca deu qualquer resposta.

10. O Sr. Deputado António Pedro Maco começa por dizer nesta sua intervenção que, considerando as contradições entre o que é dito pela câmara e o dito por Miguel Salvado, a conclusão é de que alguém está a faltar à verdade. É o contrário do que disse a Sr<sup>a</sup>. Presidente e a Sr<sup>a</sup>. Vereadora da Proteção Civil, e isso é grave porque estava em causa a segurança dos moradores, tendo em conta o perigo evidenciado pela fragilidade da vala. Prosseguiu dizendo que têm que ser assacadas responsabilidades, se as pessoas que elaboraram o relatório eram competentes e estavam portanto qualificadas para o fazer, é importante que seja devidamente clarificado, perante os factos, quais as justificações para não ter sido iniciado o processo de realojamento daquelas pessoas.
11. O Sr. Deputado João Pedro Pereira intervém apenas para questionar se o António Godinho é o mesmo do SMPC naquela altura.
12. O Sr. Miguel Salvado disse que no período em que desempenhou as funções de vereador, nunca lhe foi solicitado o envio do relatório. Reafirma que o realojamento poderia e deveria ter sido feito de forma menos traumática para os moradores, refere que foram suprimidos fornecimentos de água e termina com a afirmação de que esta foi considerada uma situação urgente por parte dos responsáveis dos SMAS à data.
13. O Sr. Deputado José Rocha referiu que o relatório não foi pedido, porque só em 2022 é que se despoletou a gravidade da questão, mas que depois de pedidos nunca foram enviados.
14. O Sr. Miguel Salvado declarou ainda que uma intervenção de urgência, é sempre de urgência. O realojamento podia ter sido feito com mais calma, devagarinho podia ter sido feito. Disse ainda que existiram diversas intervenções no 2<sup>o</sup> Torrão a pedido dos moradores, e acrescentou que a população de Almada não sabe que ali os moradores não pagam a água. Referiu também que chegou a haver no local uma empresa de lavagem de carros.
15. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, deu a reunião encerrada pelas 21H00.
16. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores Deputados Municipais presentes.